



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Tradução

Interpelação Escrita

Segundo notícia dos órgãos de comunicação social em 2008: “o Monte e o Farol da Guia representam um património cultural de grande importância para Macau... por trás do edifício “Merry Court”, na Calçada do Gaio, está projectada a construção de um edifício residencial com mais de cem metros de altura, o que suscitou a atenção de pessoas preocupadas com o património cultural de Macau. Além de expressarem as suas preocupações ao Governo, os interessados enviaram também uma carta à UNESCO questionando o trabalho das autoridades na preservação do património cultural e da paisagem em redor desses pontos de interesse patrimonial”.¹ Em relação ao trabalho nesse domínio realizado pelo Governo para a população, as autoridades explicaram que “através de coordenação e estudo sobre o assunto, e tendo como pressuposto o equilíbrio entre o desenvolvimento e a protecção dessa zona da cidade, foi decidida a limitação da altura para os novos edifícios que vierem a ser construídos dentro do perímetro de 2,8 quilómetros quadrados em redor do Farol da Guia”.²

¹ “Prédios à volta do Farol da Guia com altura limitada a 90 metros”, Jornal “Va Kio”, 17 de Abril de 2008.

² “Prédios à volta do Farol da Guia com altura limitada a 90 metros”, Jornal “Va Kio”, 17 de Abril de 2008.



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Foi há oito anos que aconteceu o caso da “altura do edifício na Calçada do Gaio”, e a ordem do Governo de parar as obras de construção do referido edifício de grande altura tinha como finalidade a protecção do património cultural e da paisagem em redor do Centro Histórico. O referido projecto transformou-se hoje numa “construção inacabada”, e o estaleiro da obra está coberto de ervas e plantas selvagens, e também de lixo, com a proliferação de mosquitos, afectando gravemente a higiene, o ambiente e o quotidiano das habitações e escolas daquela zona. Assim sendo, fui solicitado pelos proprietários das habitações daquela zona da cidade e pelos residentes para questionar o Governo sobre a razão de ainda não ter sido reabilitado o espaço adjacente ao Património Cultural, passados 8 anos de paralisação das obras de construção de um edifício com grande altura na Calçada do Gaio, com vista à preservação do Património Cultural e da paisagem em seu redor, mesmo depois de esse empreendimento se ter transformado numa “obra inacabada”. Pelo contrário, o problema da higiene e do ambiente naquele espaço tem vindo a agravar-se e, com a proliferação de mosquitos, a qualidade de vida dos residentes na zona ficou gravemente afectada. Acresce que, quando foi ordenada a paralisação do projecto há oito anos, as obras foram suspensas de imediato, mas a indemnização ficou ainda por acordar entre as partes. Assim, será que houve omissão de algum governante nesse processo? Por que razão os proprietários e os promitentes-compradores do referido edifício em construção ainda não foram indemnizados pelas autoridades? Quando é que vai ser resolvido o problema desse projecto de



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

construção inacabado?

O caso do “Pearl Horizon” é idêntico ao que aconteceu com o empreendimento inacabado da Calçada do Gaio, pois foi imediatamente cumprida a ordem de reversão do terreno no primeiro, assim como a de paralisação das obras no segundo. Em ambos os casos, o Governo afirma que foi cumprida a lei, devendo qualquer indemnização ser tratada no tribunal, visto que isto não é da competência do poder executivo. Apesar de não haver litígio judicial no caso desse empreendimento inacabado, e de o Governo afirmar que todo o processo está conforme a lei, o que se verifica é que, depois de 8 anos, tanto os proprietários como os residentes interessados ainda não foram indemnizados pela lesão dos seus legítimos interesses. Por isso, no caso do “Pearl Horizon”, neste momento já com acção judicial instaurada, será necessário esperar mais de 8 anos, a que se somam, ainda, mais “x” anos de processo judicial, para que possa ficar resolvido? Com esses acontecimentos, a população e a sociedade entendem que, apesar de afirmar que está a proceder no “cumprimento da lei”, o Governo não consegue proteger efectivamente os interesses legítimos da população, e questionam se, no meio disso, as autoridades estão a cumprir a lei ou a proceder com eficiência, mas de forma selectiva. É isso que o Governo entende como governação científica e preocupação pela população? O Governo preocupa-se, de facto, com a situação difícil da população?



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Nestes termos, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1 – Fui solicitado pelos proprietários das habitações da referida zona da cidade e pelos residentes para questionar o Governo sobre a razão pela qual ainda não foi reabilitado o espaço adjacente ao Património Cultural, passados 8 anos de paralisação das obras de construção de um edifício com grande altura na Calçada do Gaio, com vista à preservação do Património Cultural e da paisagem em seu redor, mesmo depois de esse empreendimento se ter transformado numa “obra inacabada”? Pelo contrário, o problema da higiene e do ambiente naquele espaço tem vindo a agravar-se e, com a proliferação de mosquitos, a qualidade de vida dos residentes na zona ficou gravemente afectada. Acresce que, quando foi ordenada a paralisação do projecto há oito anos, as obras foram suspensas de imediato, mas a indemnização ficou ainda por acordar entre as partes. Assim, será que houve omissão de algum governante nesse processo? Por que razão os proprietários e os promitentes-compradores do referido edifício em construção ainda não foram indemnizados pelas autoridades? Quando é que vai ser resolvido o problema desse projecto em construção inacabado? O Governo deve explicar essa questão à população, com mais pormenores.

2 - O caso do “Pearl Horizon” é idêntico ao que aconteceu com o empreendimento inacabado da Calçada do Gaio, pois foi imediatamente cumprida a ordem de reversão do terreno no primeiro, assim como a de



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

paralisação das obras no segundo. Em ambos os casos, o Governo afirma que foi cumprida a lei, devendo qualquer indemnização ser tratada no tribunal, visto que isto não é da competência do poder executivo. Apesar de não haver litígio judicial no caso desse empreendimento inacabado, e de o Governo afirmar que todo o processo está conforme a lei, o que se verifica é que, depois de 8 anos, tanto os proprietários como os residentes interessados ainda não foram indemnizados pela lesão dos seus legítimos interesses. Por isso, no caso do “Pearl Horizon”, neste momento já com acção judicial instaurada, será necessário esperar mais de 8 anos, a que se somam, ainda, mais “x” anos de processo judicial, para que possa ficar resolvido? Com esses acontecimentos, a população e a sociedade entendem que, apesar de o Governo afirmar que está a proceder no “cumprimento da lei”, não consegue proteger efectivamente os interesses legítimos da população, e questionam se, no meio disso, as autoridades estão a cumprir a lei ou a proceder com eficiência, mas de forma selectiva. É isso que o Governo entende como governação científica e preocupação pela população? O Governo preocupa-se, de facto, com a situação difícil da população? Qual é a resposta do Governo a estas questões?

O Deputado à Assembleia Legislativa,

Mak Soi Kun

12 de Agosto de 2016